

PROJETO BRASIL QUILOMBOLA

Aline Cântia e Leonardo Boloni *

Índice

A história do quilombo kalunga	1
Sobre o trabalho no Kalunga, uma remanescente de quilombo no sertão de Goiás	7
Projeto Brasil Quilombola	9
Dados estruturais da revista e projeto	14

A história do quilombo kalunga

Construída pela comunicação oral, a história do quilombo Kalunga ainda guarda segredos. Para entendê-la é preciso voltar no tempo, quando no Brasil não havia estradas, nem liberdade. “O meu avô era kalunga. Esse era kalunga mesmo, daqueles que vinha lá de cima, pra fugir dos patrão, não

*Aline Cântia é jornalista, pós-graduada em Jornalismo e Práticas Contemporâneas pelo UNI-BH e mestranda em Estudos Literários pela UFMG. Com experiência de radiojornalismo, também vem estudando a interdisciplinaridade no jornalismo e a produção de grandes reportagens. Leonardo Boloni é jornalista e repórter-fotográfico formado pela Uniube – Universidade de Uberaba, Minas Gerais. Além de trabalhos na mídia impressa diária, vem se dedicando à investigação jornalística cultural.

era?”, conta Dona Joana, de 109 anos, moradora da comunidade Engenho II.

Eram meados de 1700 quando os Senhores Bartolomeu Bueno e João Leite da Silva iniciaram a colonização na região de Goiás (que foi sendo chamada de “minas dos Goyases” – nome de um povo indígena que vivia naquela região, onde havia muito ouro) provocando um processo de povoamento. As populações nativas entre outras, foram escravizadas, destruídas ou conseguiram fugir e procurar novo habitat.



Como precisava de mais mão de obra, os africanos foram levados para a província, diretamente dos portos de Santos, Salvador e/ou Rio de Janeiro. Eles eram obrigados a “esquecer” suas origens: língua pátria, religião, identidade. Com jornadas de horas debaixo de sol quente, ainda eram vítimas das torturas, do tronco, do chicote, entre outros. E onde havia escravidão, também havia várias formas de resistência. A mais forte delas era a fuga individual ou coletiva, quando formavam os quilombos - o termo é banto e quer dizer *acampamento guerreiro na floresta*.

E foi assim que surgiu o quilombo no sertão goiano, que abriga hoje, cerca de 4.500 pessoas, na zona rural dos municípios de Teresina de Goiás, Cavalcante e Monte Alegre.

Com o tempo, se acostumaram e se ambientaram com o sertão goiano. Venceram as dificuldades do caminho e as condições precárias que o ambiente ofereciam, descobrindo ao mesmo tempo que poderiam utilizar os recursos ali disponíveis para a reconstrução de suas vidas. Chamaram este lugar de Kalunga, o que na língua banto também significa *lugar sagrado, de proteção*.



Desde o período em que começaram a habitar aquelas serras, pouca coisa mudou. Com os seus ancestrais adquiriram os conhecimentos necessários para a sobrevivência naquelas terras. Isso é notado no cultivo das roças e na preservação da natureza. Atualmente, 93% do território kalunga ainda continua intacto.

O carro, por exemplo, não serve no meio daquelas serras. São poucas as estradas que dão acesso ao território, geralmente localizadas nas áreas periféricas. Dentro do Kalunga mesmo, só a pé ou no lombo de mula, uma vez que o cavalo não é ideal para a vida e trabalho dos kalungueiros.

O jeito é encarar as serra e os vãos e seguir a caminhada.

É assim que eles fazem para ir as roças localizadas próximas ou muito distantes das moradias. E é a pé que eles levam as ferramentas e trazem a produção de suas roças. É comum ver mulheres, homens e crianças de várias idades andando quilômetros carregando “na cacunda” sacas com ramas e raízes de mandioca, sacas de arroz e frutas que são encontradas no caminho. Quando localizam uma boa faixa de terra para o cultivo, não se preocupam muito com a distância, pois sabem que é lá que poderão cultivar alimentos para o sustento das famílias. “Com o tempo fica perto, a gente precisa não precisa? Então.”, afirma Sr. Dermetrino Santos, de Vão de Almas.



E assim está sendo feito há quase 300 anos, as distâncias são vencidas pela necessidade de sobrevivência. O frio na época de inverno é enfrentado com fogo e aconchego humano, o abastecimento de água é fornecido pelos rios que banham a região. É preciso ter braços fortes para carregar o líquido vital em latões ou baldes de até 50 litros cada.

Este trabalho pode ser o responsável pela dignidade daquele povo. Gente simples e muito humilde, mas com o coração maior que até o próprio território do Kalunga. Seguem adiante lutando e socorrendo quem precisar no meio do caminho. Eles não se importam com as dificuldades, mas não toleram a pobreza, que beira a todo o momento a vida deles. Mas a todo instante, esta possibilidade é afastada pela força e vontade de trabalho do povo sertanejo que vive no nordeste de Goiás.



A luz é um artigo de luxo dentro do Kalunga, mas hoje algumas famílias já podem contar com este benefício. Muitos outros kalungueiros nunca viram uma lâmpada acesa, a não ser muito longe de seus lares. Mas mesmo assim, eles se viraram ao longo dos anos com a candeia de cera de abelha aratim, que extraem do cerrado, ou de óleo, que buscam na cidade. Sem luz, não podem ter nenhum eletrodoméstico que facilite suas vidas. Mas eles seguem adiante, com ou sem luz, pois sabem que seus braços e pernas podem suprir esta carência. “Que isso, luz pra modi quê? Aqui, nós tem

muita coisa, óia a roça, que bonita. Dorme logo que o dia anoitece e levanta com os galo”, conta dona Lió, moradora do povoado Ema e considerada a *mãe do lugar*.

Viver no kalunga é coisa para gente forte, de bom coração, trabalhadora, e acima de tudo, para aqueles que tem fé em Deus e no seu trabalho.

Hoje, eles já estão ganhando espaço entre os governantes e é importante que outras pessoas também conheçam os kalunga, mas não como quem conhece algo “raro”, mas com o respeito que se merece. Porque quando o olhar é de respeito, a história agradece.

Sobre o trabalho no Kalunga, uma remanescente de quilombo no sertão de Goiás



O trabalho de campo foi realizado entre os dias 27 de dezembro de 2003 e 16 de fevereiro de 2004 pelos jornalistas Aline Cântia e Leonardo Boloni, sob a orientação do professor e doutor em comunicação, Fernando Resende.

Era época de festas e de chuva. Um tempo em que as pessoas lidam muito com a terra, e portanto, há muito trabalho e esperança para o ano vindouro. É neste período que se dão os festejos do Natal e da Folia de Reis. A comunidade tem um ciclo de eventos baseado nas épocas de plantio e colheita. A agricultura decide muito de suas vidas e faz com que eles ajam de maneira diversa de acordo com o período do ano.

E assim, foi possível acompanhar um pouco do dia a dia desse povo acolhedor e cheio de histórias. Durante os dias de convivência com vários núcleos familiares, conhecemos um pouco sobre o modo de agir e de pensar dos moradores, além de acompanhar várias atividades como a produção da farinha, o plantio das roças, a pescaria e a instalação de uma

rede de energia elétrica que beneficia hoje, 72 famílias na comunidade do Engenho II, em Cavalcante.

A partir dessa experiência, a proposta é criar uma revista impressa temática - um instrumento para trocas de informação e experiências entre as comunidades remanescentes de quilombo do Brasil, que somam cerca de 700. A partir de uma cultura de comunicação entre os quilombolas, será possível criar pautas relevantes e comuns para a discussão e implementação de projetos de desenvolvimento local. Proporcionar um espaço onde as pessoas poderão refletir e valorizar a própria cultura, além de se informar sobre outros métodos de produção agrícolas, saúde, meio ambiente e cidadania, ao mesmo tempo que também divulgará as suas atividades.

Neste momento, após o trabalho de campo e uma constante reflexão sobre o jornalismo e sua interdisciplinaridade – onde se cruzam estudos como a história e a antropologia – estamos finalizando a produção da primeira edição e em busca de parcerias para a publicação deste material.

Projeto Brasil Quilombola



Quando o Brasil ainda era colônia de Portugal, a mão de obra para o trabalho era formada pelos indígenas, encontrados e escravizados no próprio país, e principalmente pelo escravo negro. Trazidos para o Brasil a partir de 1530, eles eram vendidos em escala crescente por mercadores portugueses. Esse comércio se tornou um negócio lucrativo para os traficantes e vantajoso para os proprietários. O tráfico era dominado por portugueses, espanhóis, ingleses e holandeses e ocorreu durante todo o período colonial, de 1530 a 1850. Nesse intervalo chegam ao país cerca de 4 milhões de cativos trazidos do continente africano, especialmente de Guiné, Costa do Marfim, Mali, Congo, Angola, Moçambique e Benin.

Como se fosse um povo sem identidade, eram obrigados a “esquecer” as culturas e origens. Quem conseguia chegar ao Brasil, depois de uma longa travessia em navios cheios de sujeira e doenças, tinha que ser, em primeiro lugar, “convertido” à fé de seus senhores. Para isso, eram todos batizados, ainda nos portos da Bahia e de Pernambuco. A partir dali eram transferidos para os seus postos de trabalho escravo: plantações de cana-de-açúcar, grandes fazendas de

gado e minas. Nesses lugares, eles faziam de tudo: plantavam e limpavam a cana, faziam as peças da moenda, cuidavam do gado, plantavam a mandioca, o milho, o feijão e todas as outras atividades necessárias, até mesmo cuidar dos filhos dos senhores. E isso era feito todos os dias, de sol a sol, sem descanso. Sem nenhum direito, recebendo um mínimo de comida e ainda sofrendo maus-tratos constantes. Dormiam amontoados em senzalas, vigiados pelo feitor. Qualquer coisa que fizessem poderia acarretar em castigo: eram presos em troncos, tinham que carregar a gargalheira (um pesado colar de ferro com pontas altas), apanhavam com a palmatória, entre outros muitos castigos.

Assim, onde havia escravidão também havia resistência. Com o tempo, eles começaram a fugir. E a fugir cada vez mais, para lugares distantes, onde os brancos não chegariam. E isso é o que não faltava pelo interior do Brasil: serras, rios, matas fechadas. Quando finalmente encontravam um lugar seguro, ficavam por lá e chamavam aquele lugar de quilombo, que é um termo bantu e quer dizer *acampamento guerreiro na floresta*.

Um dos primeiros quilombos a serem formados no Brasil foi o Quilombo dos Palmares, que representa uma luta heróica, conseguindo resistir aos brancos durante 100 anos, na época em que a escravidão era mais forte no país.

Palmares foi o quilombo mais conhecido no país, mas muitos outros existiram, espalhados por todas as partes do país, ocupando sertões, serras, florestas e fazendas abandonadas. Em busca de liberdade, não se preocuparam com as dificuldades do caminho. O importante era encontrar um lugar seguro. Quando isso acontecia, o medo parecia acabar: o trabalho diário era visto como a reconstrução da própria identidade perdida lá atrás quando eles ou seus antepassados foram retirados a força da terra natal.

As comunidades remanescentes de quilombo ainda existem e resistem ao tempo. É difícil imaginar que em pleno século XXI mais de 700 comunidades negras ainda vivem como naquele tempo. Não muito conhecidas ou divulgadas, tampouco valorizadas, as comunidades quilombolas ainda vivem à margem da sociedade brasileira, que foi construída em cima do trabalho de seus ancestrais. Tão importante e ao mesmo tempo esquecidas, estas comunidades negras originaram vários símbolos reconhecidos internacionalmente como *brasileiros*, a citar a capoeira, a feijoada e o samba.

Conservada pela comunicação oral, a história dessas comunidades foi se perdendo com o tempo. Apesar de preservar as festas populares, a culinária, a devoção a determinados santos e algumas lendas e mitos, a maioria dos quilombolas não conhecem realmente a sua identidade afro-brasileira. Muitos não sabem que existem outras comunidades com as mesmas origens, vivendo situações semelhantes.

É esse o principal motivo de se propor uma investigação da história da cultura quilombola e a partir disso, criar um meio de comunicação entre elas.

A primeira parte do trabalho foi feita na comunidade Kalunga, uma remanescente de quilombos no interior do Estado de Goiás, a 300 km de Brasília – capital do Brasil.

De acordo com as pesquisas de antropólogos brasileiros, a população que hoje se apresenta formou-se com quilombolas, índios, bandeirantes, posseiros e proprietários de terras, que adentravam aqueles sertões.

Com o tempo, as famílias – formadas basicamente por ex-escravos - iam se distribuindo pelas encostas e vales do Rio Paranã. Hoje, são quatro núcleos principais de população: Contenda, Vão de Almas, Vão do Moleque e Ribeirão dos Bois. E todos são formados por pequenos povoados como Engenho, Vargem Grande, Taboca, Tinguizal, Choco,

Funil, Riachão, entre outros. Nomes que estão ligados ao dia a dia do povo Kalunga ou falam da sua relação com a natureza. Contenda, por exemplo, significa “luta, esforço para conseguir algo difícil”.

Muitas histórias desses lugares ficaram perdidas no tempo. Algumas foram reconstituídas pelos antropólogos e historiadores que buscaram fontes primárias (documentos) e ouviram o que os mais velhos ainda sabiam.

A partir de uma experiência e convivência com os moradores do local, foi possível abordar vários aspectos sócio-culturais daquela gente. O material recolhido durante entrevistas, pesquisas, registro fotográfico e observações, servirá de base para a reflexão e criação da primeira edição. A idéia é que ela sirva como início das atividades e também como forma de apresentação do projeto, que a partir de então, contará com a participação dos próprios quilombolas como produtores editoriais.

É objetivo do Projeto Brasil Quilombola, tornar a revista um instrumento para trocas de informação e experiências entre as comunidades remanescentes de quilombo. A partir de uma cultura de comunicação entre os quilombolas, será possível criar pautas relevantes e comuns para a discussão e implementação de projetos de desenvolvimento local, além de ser um espaço onde as pessoas poderão refletir e valorizar a própria cultura, se informando sobre outros métodos de produção agrícolas, saúde, meio ambiente e cidadania, ao mesmo tempo em que também divulgará as suas atividades.

Ou seja, a intenção do projeto é criar um veículo de trocas informação e também de valorização da cultura local. A partir de oficinas de texto, fotografia, entre outros trabalhos, a idéia é que – com o tempo – os quilombolas sejam os próprios produtores da revista, sendo os responsáveis pela es-

colha de temas e até mesmo por alguns textos e fotografias a serem publicadas.

Além de se tornar um meio de comunicação entre essas comunidades, a produção também servirá como fonte de pesquisa para estudantes e profissionais, uma vez que parte dos exemplares será distribuído em universidades e centros de pesquisa – nacionais e internacionais.

Informações adicionais

A pesquisa surgiu do trabalho final de pós-graduação em Jornalismo e Práticas-contemporâneas da jornalista Aline Cântia, que foi orientada pelo prof. Doutor em comunicação, Fernando Resende.

A partir de então, o projeto ganhou dimensões maiores e deverá ser levado pra frente, como um trabalho de comunicação para o desenvolvimento dessas comunidades.

A equipe procura parceiros que apóiem integralmente ou parcialmente esse projeto. As pessoas, empresas ou instituições que apoiarem este trabalho além de estarem contribuindo com o conhecimento da diversidade étnica e suas particularidades, também terão suas logomarcas vinculadas às exposições fotográficas, em páginas das revistas e um link no site que será desenvolvido sobre o projeto.

Dados estruturais da revista e projeto

Metodologia e cronograma de trabalho

Revista Trimestral – 90 dias para execução e publicação do trabalho:

10 dias: pesquisa bibliográfica – entrevistas com pesquisadores da área

30 dias: trabalho de campo – entrevistas, observações, registro visual e oficinas de imagem e texto.

15 dias: preparação do material fotográfico, redação e edição dos textos.

15 dias: diagramação

10 dias: impressão – gráfica

10 dias: distribuição

Estrutura da revista

Periodicidade: trimestral

Tiragem: a partir de 2.000 exemplares

Número de páginas: 40

Distribuição:

- Comunidades quilombolas brasileiras - a serem definidas

Universidades e bibliotecas públicas nacionais – a definir

Recursos financeiros

Trabalho campo jornalístico: (filme, bateria, revelação, fita, pilha, passagem, despesas de viagem)

Impressão, distribuição e salário para profissionais envolvidos

Equipe

1- Estudiosos e idealizadores do projeto:

Aline Cântia, jornalista, pós-graduada em jornalismo e práticas contemporâneas e mestranda em Estudos Literários.

Leonardo Boloni, jornalista e repórter-fotográfico.

2- Orientador do projeto:

Prof. Doutor em Comunicação Social Fernando Resende

3- Diagramação da revista:

Mário Moreira, produtor editorial.

Virgínia Loureiro, estudante de produção editorial